

## CENÁRIO E PERSPECTIVAS PARA A MELHORIA DO ENSINO PÚBLICO NO BRASIL: MÍDIA, CULTURA E EDUCAÇÃO

Cláudio B. G. SOUZA<sup>1</sup>  
Dora I. P. da COSTA<sup>2</sup>  
Silvio H. FISCARELLI<sup>3</sup>

165

**RESUMO:** Pensar a melhoria do ensino público no Brasil significa pensar não apenas em quais competências e habilidades desejamos desenvolver nos indivíduos, mas compreende identificar claramente o tipo de cidadãos que estamos formando e que tipo de sociedade queremos para o futuro. Neste contexto, é importante salientar que a prática em sala de aula hoje não pode ser pensada sem considerar a educação imersa na cultura e, portanto, nas formas de comunicação moderna. Assim, se existe uma crise da educação, ela não pode ser resolvida somente dentro da sala de aula. O grande desafio para a educação escolar é mostrar para os alunos, dentro da sala de aula, como será estar fora dela. A educação de qualidade é um projeto para o futuro, para o desconhecido, para um mundo que não conhecemos agora. Neste sentido direcionar a educação somente para o mercado de trabalho é um erro, pois o mercado é assim hoje, mas poderá ser outro daqui a dez ou quinze anos. Justamente porque não sabemos quais serão os requisitos para o cidadão do futuro, temos que nos concentrar no que é essencial na formação de nossos jovens. Essencial é, então, compreender as idéias, saber discuti-las, saber argumentar e reconhecer o papel das tecnologias na evolução social e cultural da humanidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação. Cultura. Mídia. Tecnologia.

### Introdução

Pensar a melhoria do ensino público no Brasil, principalmente no que se refere à Educação Básica, no escopo do presente trabalho, significa pensar não apenas quais competências e habilidades desejamos desenvolver nos indivíduos, mas compreende identificar claramente o tipo de cidadãos que estamos formando e que tipo de sociedade queremos para o futuro. Conforme salientam Grilo, Emídio e Silva (1992), a educação é uma instância privilegiada para a preservação e afirmação da identidade nacional, para a transmissão de valores éticos e cívicos e para a formação dos recursos humanos necessários para o desenvolvimento econômico-social e conseqüente modernização da sociedade.

Neste contexto, é importante salientar que a prática em sala de aula hoje não pode ser pensada sem considerar a educação imersa na cultura, como fenômeno integrante da

<sup>1</sup> UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara – Departamento de Didática. Araraquara – SP – Brasil. 14800-901 - claudio@fclar.unesp.br

<sup>2</sup> UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara – Departamento de Economia. Araraquara – SP – Brasil. 14800-901 – dora@fclar.unesp.br

<sup>3</sup> UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara – Departamento de Didática. Araraquara – SP – Brasil. 14800-901 – silvio@fclar.unesp.br

endoculturação e, portanto, nas formas de comunicação presentes na sociedade atual. Assim, se existe uma crise da educação, ela não pode ser resolvida somente dentro da sala de aula. O grande desafio para a educação escolar é mostrar para os alunos, dentro da sala de aula, como será estar fora dela.

À educação não é atribuída somente a responsabilidade pela preparação do futuro trabalhador e pela conquista da cidadania, mas também o atraso tecnológico.

O artigo 205 da Constituição da República Federativa do Brasil (1988) (BRASIL, 2000a) estabelece que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Fica evidente a tríplice finalidade: desenvolvimento pessoal, cidadania e trabalho. Neste contexto, pesam sobre os processos educacionais formais uma infinidade de responsabilidades, principalmente quando o assunto é o progresso social e econômico do país.

O quadro seguinte apresenta, nos termos da LDB<sup>4</sup>, os níveis em que se estrutura a educação no Brasil:

---

<sup>4</sup> Brasil (1996).

**Quadro 1: Níveis da Educação Nacional**

NÍVEIS			OBSERVAÇÕES
Educação Básica	Educação Infantil	Creches	Destinada as crianças de 0 a 3 anos
		Pré-Escola	Destinada as crianças de 4 a 5
	Ensino Fundamental	Anos Iniciais	4 (no mínimo)
		Anos Finais	4 (no mínimo)
	Ensino Médio		3 (no mínimo)
Educação Superior	Cursos Seqüenciais		Por área do saber
	Graduação		Tecnólogo, Bacharelado,
	Pós-Graduação	Lato Sensu	Cursos de extensão, especialização, aperfeiçoamento
		Stricto Sensu	Mestrado
			Doutorado

**Fonte:** Elaboração própria, baseado em Brasil (1996).

O artigo 22 da LDB estabelece que a Educação Básica tem a tríplice finalidade de preparo para o exercício da cidadania, fornecer os meios para progresso no mundo do trabalho e preparação para ingresso nos níveis superiores de ensino.

O projeto do Plano Nacional de Educação (PNE) para a próxima década (2011-2020)<sup>5</sup>, no que se refere à dimensão quantitativa, em termo de acesso e permanência na Educação Básica, estabelece as seguintes metas:

Meta 1: Universalizar, até 2016, o atendimento escolar da população de 4 e 5 anos, e ampliar, até 2020, a oferta de Educação Infantil de forma a atender a 50% da população de até 3 anos.

Meta 2: Universalizar o ensino fundamental de nove anos para toda população de 6 a 14 anos.

Meta 3: Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até 2020, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%, nesta faixa etária.

Meta 4: Universalizar, para a população de 4 a 17 anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino.

Meta 5: Alfabetizar todas as crianças até, no máximo, os oito anos de idade.

Meta 8: Elevar a escolaridade média da população de 18 a 24 anos de modo a alcançar mínimo de 12 anos de estudo para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% mais pobres, bem como igualar a escolaridade média entre negros e não negros, com vistas à redução da desigualdade educacional.

Meta 9: Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até

<sup>5</sup> Brasil (2000b).

2015 e erradicar, até 2020, o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional

Meta 10: Oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de Educação de Jovens e Adultos na forma integrada à Educação profissional nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

Meta 11: Duplicar as matrículas da Educação Profissional Técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta.

Meta 12: Elevar a taxa bruta de matrícula na Educação Superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta.

Na dimensão qualitativa, buscam-se melhorias na Educação Básica a partir das seguintes metas:

Meta 6: Oferecer Educação em tempo integral em 50% das escolas públicas de Educação Básica.

Meta 7: Atingir as seguintes médias nacionais para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)<sup>6</sup>:

**Tabela 1: Metas estabelecidas pelo Ministério da Educação**

IDEB	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais do ensino fundamental	4,6	4,9	5,2	5,5	5,7	6,0
Anos finais do ensino fundamental	3,9	4,4	4,7	5,0	5,2	5,5
Ensino médio	3,7	3,9	4,3	4,7	5,0	5,2

**Fonte:** Brasil (2000b).

Meta 15: Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, que todos os professores da Educação Básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Meta 16: Formar 50% dos professores da Educação Básica em nível de pós-graduação lato e stricto sensu, garantir a todos formação continuada em sua área de atuação.

Meta 17: Valorizar o magistério público da Educação Básica a fim de aproximar o rendimento médio do profissional do magistério com mais de onze anos de escolaridade do rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente.

Meta 18: Assegurar, no prazo de dois anos, a existência de planos de carreira para os

<sup>6</sup> O Ideb foi criado pelo Inep em 2007, em uma escala de zero a dez. Sintetiza dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: aprovação e média de desempenho dos estudantes em língua portuguesa e matemática. O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar através de médias de desempenho nas avaliações do Inep, do Saeb e da Prova Brasil (INEP, 2010).

profissionais do magistério em todos os sistemas de ensino.

Meta 19: Garantir, mediante lei específica aprovada no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a nomeação comissionada de diretores de escola vinculada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à participação da comunidade escolar.

Meta 20: Ampliar progressivamente o investimento público em Educação até atingir, no mínimo, o patamar de 7% do produto interno bruto do País.

Como se verifica, são metas ambiciosas tanto no que se refere aos indicadores de resultado como no que se refere aos indicadores de processo. Assim, enquanto educadores, uma importante questão é a compreensão da identidade cultural e social do aluno a que tais metas se referem. Sem isto não há como pensar um ensino de qualidade, pois a igualdade se adquire com a afirmação da diferença. É com este espírito que pensamos propostas de melhoria de ensino, focando o direito à igualdade, mas reafirmando a existência de reconhecidas desigualdades presentes na sociedade brasileira. Como afirma Boaventura de Souza Santos (2003, p.56):

[...] temos o direito de sermos iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito de ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades.

Ao lado de políticas universalistas importa também posições para elaboração, implementação e operacionalização de políticas específicas capazes de proteger. Sujeitos de direitos com maior grau de vulnerabilidade, visando ao pleno exercício do direito à inclusão social.

É necessário caracterizar a história social e cultural e identificar o percurso trilhado pela sociedade brasileira, desde o início da década de 1960, quando é promulgada a nossa primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional<sup>7</sup>, até dias atuais, – período de grande impacto de processos de globalização econômica e cultural, para então concebermos projetos de melhoria de ensino (ORTIZ,1994) que possam dar resposta às demandas e expectativas da sociedade.

### **Sociedade, cultura e mídia**

---

<sup>7</sup> Brasil (1961) .

Estudiosos da história contemporânea brasileira observam o ritmo acelerado em que se deu o processo de urbanização da sociedade brasileira. Em 50 anos, o processo de urbanização se acelerou dramaticamente, pois em 1950 mais da metade dos brasileiros ainda vivia no campo; em 2010 o percentual daqueles que vivem no mundo urbano subiu para 84%. Segundo o IBGE a população brasileira é 190.732.694 pessoas, habitando um total de 58,577 milhões de domicílios, com 3,3 brasileiros em cada um destes.

Conforme pode ser visto no Tabela 2, apresentado a seguir, a população brasileira está altamente concentrada nas capitais e regiões metropolitanas, fato que acarreta inúmeros problemas, pois as grandes cidades trazem consigo enormes dificuldades de infra-estrutura. Em processo de acelerada urbanização, habitantes de centros urbanos passaram a conviver com condições precárias de habitação, saúde, educação e cultura.

**Tabela 2: Número de municípios e população nos censos de 2000 e 2010, segundo classes de tamanho da população.**

<b>Brasil</b> <b>classes de tamanho da população</b>	<b>Número de Municípios e População</b> <b>nos Censos Demográficos</b>	
Ano	2.000	2.010
total de municípios	5.507	5.565
até 10 000 habitantes	2.637	2515
De 10 001 a 50 000	2345	2.443
De 50 001 a 100 000	301	324
De 100 001 a 500 000	193	246
De 500 001 a 1 000 000	18	23
De 1 000 001 a 2 000 000	7	9
De 2 000 001 a 5 000 000	4	4
De 5 000 001 a 10 000 000	1	1
Mais de 10 000 000	1	1

**Fonte:** IBGE (2009).

Concomitantemente ao processo de urbanização, a natureza e as funções da família se transformaram: o antigo poder de controle da igreja, da parentela e dos pais sobre os filhos tornou-se muito reduzido. Em muitos casos, ambos, pai e mãe, passaram a trabalhar fora de casa o dia inteiro, não apenas nas classes populares onde a necessidade os obriga, mas também, nas classes médias, impulsionadas pelo desejo de aderir à sociedade de consumo

moderna e à realização profissional feminina. Pais e mães se transformaram de educadores em provedores dos desejos de consumo dos filhos, manifestando enorme dificuldade em impor limites aos mesmos, em ensinar respeito à convivência em sociedade – princípio essencial subjacente aos valores fundamentais ligados à liberdade humana – pilar imprescindível da cidadania das sociedades modernas.

Os impactos do processo de ajustamento interno da economia nos anos 80 do século XX e da globalização econômica acirraram ainda mais a demanda por postos de trabalho e o declínio da mobilidade social, do padrão de vida e do consumo, levando a um novo padrão do tecido social, tornando a competição selvagem e transformando a violência num recurso cotidiano para a sobrevivência e auto-afirmação de parte da população.

O avanço da violência na sociedade brasileira pode ser explicado - em parte - pela progressão avassaladora do individualismo de massas somado às grandes privações materiais sofridas por grande parte da população.

Embora certos avanços tenham sido conquistados nas últimas décadas (Tabela 3), a concentração de renda no Brasil ainda é muito alta, em torno de 60% das famílias brasileiras possuem uma renda familiar de US\$ 1000, segundo o PNAD do IBGE. Ainda segundo dados deste instituto de estatística, a renda média do brasileiro aumentou 18,82% nos últimos 10 anos. Uma análise mais detalhada mostra que o crescimento foi experimentado pelas camadas da população com menor faixa de renda, fato que resultou em um aumento concomitante no consumo de bens duráveis, bem como a penetração de determinados serviços essenciais, como telefonia, internet e rádio e televisão (Tabela 4).

**Tabela 3: Classes por nível de renda familiar**

Anos	2007		2009		
	Classes	Renda média base SM (R\$ 350,00)	Distribuição (%)	Renda média base SM (R\$ 453,00)	Distribuição (%)
	A	18,6	7	21,0	6
	B	7,4	24	7,9	28
	C	3,0	39	3,1	47

D	1,7	27	1,7	17
E	0,9	3	1,2	2

**Legenda:** SM significa salário-mínimo que é o menor salário que uma empresa pode pagar ao trabalhador

**Fonte:** Mídia Dados (2010).

Kellner (2001) reconhece que a participação da mídia nesse processo de socialização ganhou forma ao longo dos últimos 40 ou 50 anos. Antes da massificação da mídia, as identidades eram estabelecidas por padrões de relacionamento social os quais definiam quem as pessoas realmente eram – suas concepções religiosas, identificações políticas, profissionais, grupos sociais, etc. Nos últimos anos, vemos uma constante alternância de modelos que ditam a construção de identidades, oferecendo protótipos e estereótipos que são articulados pela mídia e reforçados pela descontinuidade e obsolescência dos produtos e das relações sociais. Esse aspecto é frisado por Kellner quando aponta que:

A identidade então, é constituída teatralmente pela representação de papéis e pela construção de imagens. Enquanto o lugar da identidade moderna girava em torno da profissão e da função na esfera pública (ou familiar), a identidade pós-moderna gira em torno do lazer e está centrada na aparência, na imagem e no consumo. (KELLNER, 2001, p.311).

A identidade nacional, por exemplo, é construída pelo desejo do ser humano de pertencer a um grupo, isto é, embora haja como ser autônomo, só faz isso “[...] porque ele pode primeiramente identificar a si mesmo com algo mais amplo.” (SCRUTON apud HALL, 2006, p.48 ). Ao analisar a identidade na pós-modernidade, Stuart Hall (2006) defende que as identidades nacionais são (re)formadas continuamente e de modo histórico, simbólico e discursivo, e não são originadas de maneira natural nem construída mediante uma essência ou algo original.

O processo de formação cultural no Brasil foi conformado pela indústria cultural de massa e organizado por grandes conglomerados privados. A televisão é a principal mídia presente nos lares brasileiros. Nos primórdios da TV brasileira, em 1950, existiam apenas 100 aparelhos receptores no país. Quatro anos depois do seu lançamento, em 1954, este número passou para 120 mil unidades. Na década de 70, foram mais de 6 milhões de unidades. Conforme pode ser visto no Tabela 4, em 2002 este número já alcançava a casa dos 42,7 milhões, subindo para 56,1 milhões de domicílios ao final do ano de 2009. Atualmente, 95,7% dos domicílios brasileiros possuem televisão.

**Tabela 4: Percentual de domicílios com rádio, TV, telefone, computador e internet**

Serviços oferecidos	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Rádio	88,0	87,9	87,8	87,8	88,0	87,9	88,1	88,9	87,9
Televisão	89,0	90,0	90,1	90,3	91,4	93,0	94,5	95,1	95,7
Telefone (Fixo ou Celular)	58,9	61,7	62,0	65,4	71,6	74,5	77,0	82,1	84,9
Microcomputador	12,6	14,2	15,3	16,3	18,6	22,1	26,6	31,2	34,7
Computador/acesso Internet	8,6	10,3	11,5	12,2	13,7	16,9	20,2	23,8	27,4

Fonte: IBGE (2009).

A indústria cultural, formada e alimentada pelo sistema político autoritário da ditadura militar nas décadas de 60 e 70, construiu um monopólio não só tecnológico, mas também político, escapando ao controle das instituições públicas - esvaziadas pelo sistema militar. Nesse período a televisão firmou-se como principal mídia veiculadora da publicidade nacional, absorvendo mais de 60% das verbas destinadas a publicidade (Tabela 5). É esta grande empresa que organiza a indústria cultural e difunde valores morais, políticos e estéticos, determinando comportamentos de crianças, de adolescentes, de adultos e de toda a coletividade.

**Tabela 5: Distribuição dos investimentos em publicidade por tipo de mídia**

Tipos de Mídias	Valores em 2010 (R\$)	Participação (%)
Cinema	87.187.837	0,34
Guias e Listas	326.605.948	1,29
Internet	1.120.508.635	4,41
Jornal	3.200.313.866	12,61
Mídia exterior	738.257.620	2,91
Radio	1.054.835.858	4,16
Revista	1.853.277.427	7,30
Televisão	16.040.702.298	63,19
TV par Assinatura	964.713.527	3,80
<b>Total</b>	<b>25.386.383.016</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Mídia Dados (2010).

A televisão, enquanto mídia de massa, caracteriza-se como instância discursiva que influencia profundamente os processos de compreensão da realidade, pois a partir

dela, criam-se novas possibilidades de reconhecer a si mesmo e também ao outro. Esse fenômeno tem maior influencia em camadas sociais cujo consumo de produtos midiáticos configura-se com maior intensidade, por exemplo, entre os mais pobres (Tabela 4) e entre a juventude (Tabela 6 e 7).

**Tabela 6: Taxa de penetração por faixa etária**

Faixas etárias	Penetração
10-14	98%
15-19	98%
20-29	97%
30-39	97%
40-49	97%
50-64	97%
65-acima	96%

Fonte: Mídia Dados (2010).

**Tabela 7: Taxa de penetração de TV por faixa da renda**

Faixas de Renda	Penetração (%)
A1	92
A2	94
B1	96
B2	97
C	98
D	96

Fonte: Mídia Dados (2010).

Numa sociedade em que a grande maioria das pessoas são pobres, do ponto de vista material e cultural, passou-se a fabricar falsas necessidades. As famílias se transformaram em máquinas de consumo: o tênis da moda, o *Ipod* da última geração, o computador funcional, o carro bacana etc. O mercado passa a constituir o núcleo central que informa e educa as pessoas a realizarem seus próprios interesses, adquirindo fome inesgotável de bens e a busca da satisfação imediata, tornando-as escravas do consumo (MELLO; NOVAES, 2009).

As respostas não são diretas e nem simples, mas é irrefutável que nossos alunos são produtos culturais inseridos nessa história. Nas escolas, principalmente de Ensino Médio, o público jovem está envolvido com uma busca insaciável por objetos e atitudes que garantam a construção da sua identidade, que descrevam a que grupo ele pertence. O corte de cabelo, o *piercing*, a marca de tênis, o modelo de celular, a banda preferida na camisa, a capa de caderno, vão descrevendo a que “tribo” cada um pertence, quem são os seus iguais e quem

são aqueles que dele se diferenciam. No limite, o respeito só é devido aos iguais, os diferentes podem até ser objeto de *bullying* e outras formas de violência. Neste processo de construção de identidade, os alunos acreditam que os objetos lhes dão algo de que precisam, não só em termos de posse, mas sim de identidade (SARLO, 1997).

Fischer (2001, p.28) descreve muito bem o impacto da mídia de massa na nossa cultura:

Imagem é tudo! – esse é o conselho que ouvimos todos os dias: é preciso não apenas ser, mas ‘parecer ser’; e se não pudermos ser, que nos esforcemos para parecer, e isto até pode bastar, porque cultivar a imagem (de si mesmo, de um produto, de uma idéia) mostra-se como algo tremendamente produtivo.

Os personagens e as informações divulgadas proporcionam modelos de reconhecimento ou identificação de si mesmo e do outro, por vezes, baseados na estereotipia. Os grupos sociais, as atividades, os relacionamentos ganham reconhecimento quando são registrados pela mídia e podem ser reconhecidos pelos consumidores de informação, que encontram no aparato midiático o lugar por excelência da cultura contemporânea.

Buscamos com este breve histórico da cultura e mídia trazer à tona a relação da cultura jovem com o contexto educacional deste início de século. Não podemos ignorar que a mídia entra na sala de aula pela porta da frente sem ser convidada, e não há como não dar ouvidos a ela. As crianças brasileiras chegam à escola impregnadas pela “cultura midiática”, e evidentemente, este fator deve ser levado em consideração nas propostas educacionais.

### **Um novo paradigma para a aprendizagem**

Para Martín Barbero e Rey (2004), as mídias de massa são veículos com fins lucrativos e políticos, voltadas para atingir a uma maior gama de pessoas, portanto produzem conteúdos pouco reflexivos e homogêneos. Ao mesmo tempo, constituem um instrumento indispensável para a compreensão da cultura e da sociabilidade contemporâneas.

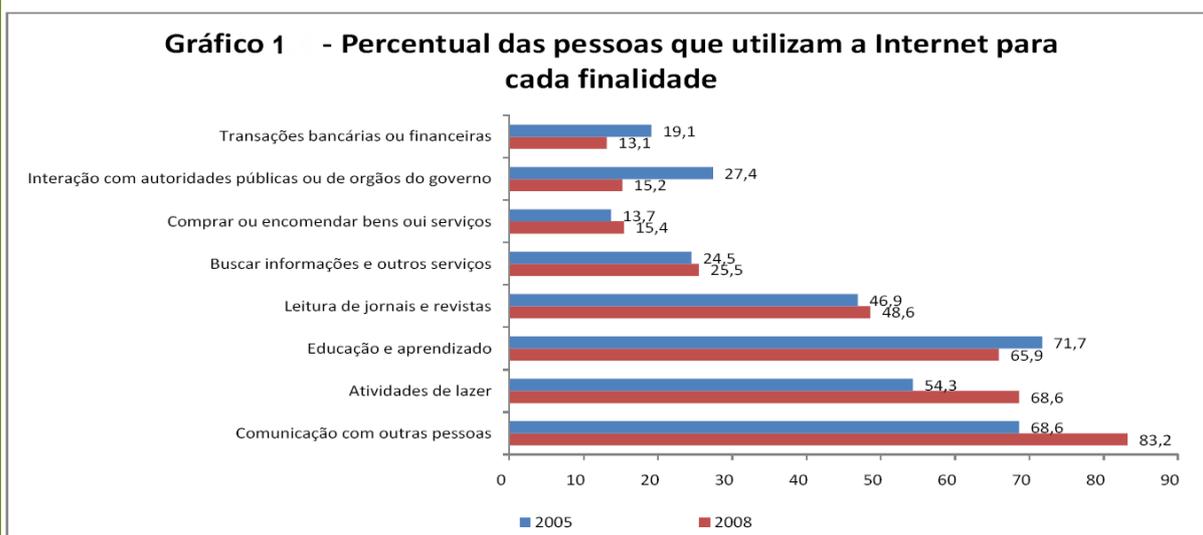
Se refletirmos, por exemplo, sobre a programação televisiva, verificamos que normalmente não estimula a participação ou exige conhecimento prévio para ser entendida. De outro lado, a Internet, enquanto ferramenta da nova mídia, caracteriza-se pela interação, pois como afirma Sorj (2003, p.32), “[...] não só supõe, no mínimo, a alfabetização do

usuário, como sua utilidade potencial depende da capacidade intelectual de selecionar, analisar, compreender e avaliar a informação disponível.”

Uma análise dos dados sobre acesso a internet no Brasil aponta que, em 2001, 12,6% dos domicílios tinham microcomputador, índice que alcança o patamar de 34,7% em 2009. No mesmo período, o crescimento do percentual de domicílios que possuíam microcomputador com acesso à Internet foi de 8,6% para 27,4%. Em 2005, a Internet tinha 31,9 milhões de usuários; em 2009, 67,9 milhões de pessoas com 10 ou mais anos de idade declararam tê-la usado com frequência. Neste período, observou-se um aumento do acesso em todas as regiões do País, totalizando um incremento em torno de 112,9%.

Embora a Internet possa instigar as capacidades analíticas dos usuários, este processo, em princípio, só ocorre se os usuários forem preparados para usar este instrumento de forma reflexiva.

O Gráfico 1 apresenta dados de uma pesquisa que levantou os principais usos da Internet no Brasil. Podemos observar que entre 2005 e 2009 cresceu o número de usuários que fazem uso desta ferramenta para o entretenimento, enquanto os que dela fazem uso com objetivos educacionais decresceu. Enquanto para o usuário com limitada competência analítica a Internet é um instrumento de informação, para o usuário com maior capacidade analítica e de aprendizado a Internet é um instrumento de conhecimento (SORJ, 2003, p.32).



**Fonte:** IBGE (2009).

Verificamos, então, que parte da questão do bom ou mau uso da mídia está nas mãos dos usuários, pois a estratégia de uso vai determinar se a rede será apenas um veículo de entretenimento ou se configura como um instrumento de apropriação de conhecimento.

Em tal cenário, é necessário considerar as contribuições de Fischer (1999, p.29):

[...] enquanto a escola ficar no papel tímido de espectadora ressentida de uma sociedade que se pauta pelo mercado e pelas imagens de sucesso individual, de culto narcísico do corpo, de ilusão de felicidade dada pelo consumo real e imaginário, estará apenas marcando seu lugar como ausente do seu tempo.

É importante não aceitar a fruição e o domínio da cultura de massas passivamente, mas desenvolver estratégias que possibilitem a escola envolver alunos e professores em reflexões sobre a mídia, buscando pensar, inclusive, sobre a linguagem utilizada por estes artefatos culturais presentes no nosso dia-a-dia.

Envolver-se não significa ser passivo diante da mídia. Conforme McLuhan (2003), a tarefa educativa não é somente fornecer instrumentos básicos de percepção, mas também, desenvolver capacidades de julgamento e de discriminação através da experiência social corrente. Antes mesmo de surgir o conceito de "aspectos lúdicos da educação", McLuhan (2003) destacou que o estudo deveria ser uma atividade divertida. Segundo o autor, a escola não percebe que é ilusório conceber que existe qualquer diferença entre entretenimento e educação; para ele, tudo o que agrada ensina mais eficazmente.

Os sintomas da cultura midiaticizada nos contextos escolares já estão redefinindo o vínculo que os professores estabelecem com os alunos e com os próprios saberes. Verifica-se que grande parte dos alunos está desinteressada nas formas de transmissão dos saberes essencialmente verbais e expositivas. O modelo pautado apenas na palavra e nos exercícios de fixação está perdendo espaço para um modelo que propõe a diversificação das linguagens, incluindo-se linguagem visual das imagens, dos símbolos e das próprias mídias eletrônicas. Hoje, os professores estão sendo convocados a não ensinar sempre do mesmo modo. Eles precisam rever continuamente as suas práticas para tecer novos tipos de laços sociais.

Se as tecnologias são instrumentos relevantes para as práticas sociais, também devem ser levadas em consideração nas práticas educativas. Não se trata de uma volta ao tecnicismo pedagógico, mas buscar compreender que os meios de comunicação criados e utilizados são extensões do próprio homem, fruto de seu desenvolvimento histórico, portanto, exercem funções culturais, políticas e sociais indissociáveis do ser humano e, conseqüentemente, da escola. A escola, neste sentido, deverá, em sua função social, ser capaz de compreender os desafios da sociedade moderna, e inseri-los na cultura organizacional e na prática pedagógica.

A educação não é um instrumento que somente busca ensinar conteúdos programáticos. Ela gera o conhecimento que leva à mudança. Através da consciência construída pela educação, o indivíduo se percebe na sociedade e compreende o que o rodeia. Portanto, torna-se capaz de agir no ambiente em que vive, provocando alterações.

Neste sentido, estamos diante de um novo contexto educativo cujas características mais relevantes devemos considerar. O acesso à informação cresceu esporadicamente nas últimas décadas, o que fez com que o acesso a ela seja rápido, fácil e dinâmico. Estando em permanente expansão e renovação. A escola deixou de ser o único meio que põe o aluno em contato com fontes de informações e conhecimentos. Diante das novas fontes, proveniente das novas tecnologias, a escola tem uma nova função: promover a reflexão sobre as informações e orientar os alunos na busca e seleção das mesmas. A palavra do professor e o texto escrito deixam de ser os únicos suportes da comunicação educacional. Hipertextos, vídeos, animações, simulações, jogos e até mesmo celulares são representantes de uma nova categoria de ferramentas digitais que dão suporte à aprendizagem.

Durante muito tempo o processo de organização curricular das escolas baseou-se na lógica de transmissão de informação e memorização. Reter a informação e aplicá-la no momento certo era sinônimo de aprendizagem. Com a nova ecologia da informação, mais complexa e dinâmica, aquela função torna-se menos importante. Agora, mais importante do que memorizar é saber encontrar e trabalhar as informações tornando-as instrumento para compreensão dos problemas, para construir argumentações e para desenvolver o raciocínio lógico.

### **Considerações finais**

A Educação Básica tem a tríplice finalidade de preparo para o exercício da cidadania, fornecer os meios para progresso no mundo do trabalho e preparação para ingresso nos níveis superiores de ensino. No projeto do Plano Nacional de Educação (2011-2020) estão previstas metas ambiciosas em termos quantitativos (acesso e permanência) e qualitativos (melhoria do ensino) no que se refere aos indicadores de processos e resultados. De um lado, em tal cenário, o Sistema Educacional Brasileiro tende a preparar-se para enfrentar os desafios da sociedade atual e das tendências que definirão suas necessidades. De outro, é preciso considerar que fatores como a urbanização e novos processos de comunicação são fatores intervenientes com forte impacto nos processos e resultados. A mídia, em particular, primeiro, a partir da década de 1950, com a televisão e, hoje, com a configuração e o acesso que a

Internet assume, contribui fortemente no processo endocultarativo para determinar valores, formas de pensar, sentir e agir, padrões de relação interpessoal e outras dimensões fundamentais para a concepção do processo educacional. Trata-se, assim, de considerar o papel das novas tecnologias de comunicação e informação em duas dimensões dialeticamente relacionadas, a interna e a externa à escola.

Alguns autores defendem a introdução de técnicas de comunicação midiática nas salas de aulas, como forma de passar o conteúdo programado através das mídias. Entretanto, para alguns educadores, a utilização das tecnologias da comunicação no meio educativo formal constitui-se apenas numa forma de evitar a monotonia das aulas e não reconhecer o real potencial educativo desses recursos. Segundo Martín Barbero e Rey (2004, p.60), essa estrutura que desprivilegia o relacionamento da comunicação com a sociedade leva o sistema educativo formal “[...] a desconhecer ou disfarçar que o problema de fundo está no desafio proposto por um ecossistema comunicativo no qual o que emerge é outra cultura, outro modo de ver e de ler, de aprender e conhecer.”

É importante ressaltar que quando falamos em compreender ou dominar a tecnologia, não estamos nos referindo às tecnologias concretas, pois, são passageiras. Não adianta ensinar um aluno como usar o “*Windows 7*”<sup>4</sup>, pois daqui a 10 anos ninguém vai lembrar o que é isso. A tecnologia é realmente útil quando usada para compreender problemas e promover meios para superá-los.

Neste sentido, a superação do paradigma mecanicista, taylorista, burocrático que impera na nossa escola atual requer uma abordagem holística, abrangente e progressista. Significa não só uma mudança em políticas públicas, mas uma mudança de cultura organizacional, de forma que as organizações escolares estejam voltadas a sua principal função: promover uma aprendizagem para o futuro.

Diante destas responsabilidades, parece-nos sensato pensar que uma escola boa é aquela que desenvolve as competências universais, compreendendo os saberes necessários à compreensão do mundo que nos cerca e, ao mesmo tempo, atende as demandas e expectativas de seus atores, traduzindo as finalidades e diretrizes do seu nível de ensino em um dado cenário social.

A educação de qualidade é um projeto para o futuro, para o desconhecido, para um mundo que não conhecemos agora. Assim, direcionar a educação somente para o mercado de trabalho é um erro, pois o mercado se apresenta de uma determinada forma hoje, mas poderá

---

<sup>4</sup> Sistema Operacional comercializado pela Microsoft®

não ser a mesma daqui a dez ou quinze anos. Justamente porque não sabemos quais serão os requisitos para o cidadão do futuro, temos que nos concentrar no que é essencial na formação de nossos jovens. Essencial é, então, apropriar-se dos saberes legitimados pela sociedade contemporânea; compreender as idéias, saber discuti-las; saber argumentar e reconhecer o papel das mídias e das tecnologias na evolução social e cultural do homem.

## SCENARIO AND PROSPECTS FOR THE IMPROVEMENT OF PUBLIC EDUCATION IN BRAZIL: MEDIA, CULTURE AND EDUCATION

**ABSTRACT:** *Thinking about improving public education in Brazil means thinking not only on what we wish to develop, skills and abilities in individuals, but understand and clearly identify the type of citizens we are developing and what kind of society we want for the future. In this context it is important to note that the practice in the classroom today can not be considered without regard to education steeped in culture and, therefore, in the forms of modern communication. So if there is a crisis in education, it can not be solved only within the classroom. The challenge for school education is to show students within the classroom how they will be out of school. Quality education is a blueprint for the future, to the unknown, to a world we do not know now. In this sense, to direct the education only for the labor market is a mistake, because the market is so today, but may be another in ten or fifteen years. Precisely because we do not know what are the requirements for citizens of the future, we must focus on what is essential in the formation of our youth. Is essential then to understand the ideas, learn to discuss them, argue and learn to recognize the role of technology in social and cultural evolution of mankind.*

**KEYWORDS:** *Education. Culture. Media. Technology.*

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. São Paulo: Saraiva, 2000a.

\_\_\_\_\_. Câmara dos Deputados. **Plano Nacional de Educação.** Brasília: Centro de Documentação e Informação, 2000b. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf>> Acesso em: 17 maio 2010.

\_\_\_\_\_. Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Fixa das Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em: 12 abr. 2001.

\_\_\_\_\_. Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 dez. 1961. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4024.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm)>. Acesso em: 17 maio 2010.

FISCHER, R. M. B. **Televisão e educação, fruir e pensar a TV.** Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

\_\_\_\_\_. Identidade, cultura e mídia: a complexidade de novas questões educacionais na contemporaneidade. In: SILVA, L. H. (Org.). **Século XXI: qual conhecimento? qual currículo?** Petrópolis: Vozes, 1999. p.18-32.

GRILO, E. M.; EMÍDIO, M. T.; SILVA, J. J. R. F. da. Algumas considerações sobre as reformas da educação. **Colóquio Educação e Sociedade**, Lisboa, n.1, p.11-27, 1992.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**: 2009. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/pnad\\_sin\\_tese\\_2009.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/pnad_sin_tese_2009.pdf)>. Acesso em: 18 maio 2010.

INEP. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica**. Disponível em: <[http://portalideb.inep.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=frontpage&Itemid=1](http://portalideb.inep.gov.br/index.php?option=com_content&view=frontpage&Itemid=1)>. Acesso em: 17 maio 2010.

KELLNER, D. **A cultura da mídia - estudos culturais: identidade política entre o moderno e o pós-moderno**. Bauru: EDUSC, 2001.

MARTÌN-BARBERO, J.; REY, G. **Os exercícios do ver: hegemonia audiovisual e ficção televisiva**. São Paulo: Ed. Senac, 2004.

MCLUHAN, M. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. 13.ed. São Paulo: Cultrix, 2003.

MELLO, J. M. C.; NOVAES, F. **Capitalismo tardio e sociabilidade moderna**. 2.ed. São Paulo: EDUNESP, 2009.

MÍDIA Dados. Edição 2010. Disponível em: <<http://www.gm.org.br/page/midia-dados>>. Acesso em: 10 abr. 2001.

ORTIZ, R. **Mundialização e cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SANTOS, B. de S. Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. In: SANTOS, B. de S. (Org.). **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.56.

SARLO, B. **Cenas da vida pós-moderna**. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1997.

SORJ, B. **Brasil@povo.com**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

## BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ARRUDA, M. A. N. **A embalagem do sistema**. São Paulo: Duas Cidades, 1995.

FREYRE, J. C. Narcisismo em tempos sombrios. In: FERNANDES, H. (Org.). **Tempo do desejo**. São Paulo: Brasiliense, 1989. p.151-174.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio-PNAD**. Brasília-DF, 2000.

SKIDMORE, T. **Uma história do Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.